

Holocausto: outros lugares de resistência¹

Holocaust: other places of resistance

Cristiano Guedes Pinheiro *

Resumo: O objetivo desse artigo é desmistificar a idéia que, durante o Holocausto, o povo judeu marchou para a morte como “carneiros para o abate”, sem oferecer nenhuma resistência ao próprio extermínio. Fruto de uma análise superficial, essa idéia equivocada e preconceituosa, não leva em consideração o contexto multifacetado daquele momento. Para além disso, pretende-se aqui, identificar “outros lugares” onde a resistência foi efetivamente possível, lugares onde homens e mulheres, levaram a efeito, ações de resistência diante das tentativas do sistema de transformá-los em não-humanos.

Palavras-chave: Holocausto. Resistência Judaica. Resistência do possível.

Abstract: The objective of this article is the demystification of the idea that, during the Holocaust, the Jewish people marched towards death “like lambs to sacrifice”, without offering any resistance to its own extermination. Result of a superficial analysis, this equivocated and prejudiced notion does not consider the multifaceted context of that moment. Beyond that, the intention here is to identify “other places” where the resistance was effectively possible, places where men and women carried on actions of resistance in the face of the attempts of the system in transforming them in non-humans.

Keywords: Holocaust. Jewish resistance. Possible resistance.

*Eles são estigmatizados pelo mal absoluto
como o mal absoluto.²*

Adorno e Horkheimer

Sempre que se pensa no Holocausto e numa possível resistência judaica contra o extermínio em massa, idealiza-se a resistência armada, política e ideologicamente organizada, e que, se não fosse factível de fazer frente ao exército alemão, ao menos pudesse minar os propósitos genocidas da SS.³ O fato é que, salvo casos pontuais, como regra geral, isso não aconteceu – muito do conhecimento histórico produzido até agora, tem demonstrado que tampouco seria viável. Para além disso, o senso comum pensa que os judeus marcharam para as câmaras de gás como carneiros para o abate.

A pretensão deste artigo é, a partir da compilação e do diálogo com importantes autores sobre o tema, desmistificar essa idéia da passividade que, carente de uma análise mais profunda, equivoca-se ao mesmo tempo que é preconceituosa, e como veremos a seguir, não se restringiu ao vulgo, mas estava disseminada entre aqueles que deveriam ser os primeiros a entender essa aparente apatia diante da morte iminente. Além disso, pretende-se aqui, como mote principal, identificar “outros lugares de resistência”, diferentes daqueles das armas, no entanto, tão importantes como estes e onde efetivamente a maior parte da resistência foi possível.

Em 1961, no julgamento de Eichmann⁴ em Jerusalém, o promotor do caso, durante a acusação, insistentemente perguntava as testemunhas: “Por que não protestou?”, “Por que embarcou no trem?”, “Havia 15 mil pessoas lá, com centenas de guardas à frente – por que vocês não se revoltaram, não partiram para o ataque?” (ARENDETT, 1999, p. 22). Para corroborar esse conjunto de questionamentos, existia o fato de que realmente boa parte dos aproximadamente 6 milhões de judeus assassinados, cumpriram todas as determinações da máquina de extermínio nazista: “chegando pontualmente nos pontos de transporte, andando sobre os próprios pés para os locais de execução, cavando os próprios

túmulos, despindo-se e empilhando caprichosamente as próprias roupas, e deitando-se lado a lado para ser fuzilados” (ARENDDT, 1999, p. 22). Esse senso de que voluntariamente os judeus caminharam para a morte, serviu a muitos propósitos, no entanto, essa discussão da passividade pela passividade, é estéril! Existe um conjunto de elementos socioculturais, históricos, políticos, ideológicos e religiosos, que se fazem necessários para o entendimento dessa passividade aparente. Fique claro, que se fará essa discussão, com o propósito único que não seja outro, senão como ponte para se chegar a esses “outros lugares de resistência.”

1 Dois conceitos de esperança

Nietzsche, na contundente crítica que faz ao cristianismo, em *O Anticristo*,⁵ descreve a esperança como um dos principais males da humanidade. Para o autor, a esperança em sua máxima expressão, é mais estimulante para a vida do que qualquer felicidade que se concretize no plano real. Assim, para que o homem possa resistir ao sofrimento, é necessário que ele possua uma esperança tal, que nenhuma realidade possa contradizê-la, mais ainda, uma esperança que satisfação alguma possa tirar-lhe a expectativa de uma vida após a morte. Para contrapor essa concepção, Nietzsche recorre à mitologia grega, referindo-se ao mito da “Caixa de Pandora”, quando a primeira mulher, devido à curiosidade, liberta todos os males que estavam encerrados na caixa; estes, assim, se espalham pelo mundo, restando no fundo somente a esperança. Por que esse sentimento, foi a única coisa que restou no fundo da caixa? Segundo Nietzsche, justamente porque, para os gregos, a esperança era considerada o mal entre os males, pois entorpecia os homens, confortando-os nos momentos de infelicidade, assim ela foi o único mal deixado, encerrado, no fundo da caixa.

A crítica de Nietzsche se dá justamente porque, sendo a esperança uma das três virtudes cristãs, juntamente com a fé e a caridade, ela na realidade, impede que os indivíduos em situações de dificuldade e sofrimento, reajam, lutem pela vida, busquem uma melhor existência no plano real, pois se contentam com a perspectiva de uma vida adequada no plano extraterreno.

Sem maiores reservas, poder-se-ia dizer que a esperança também é uma virtude judaica.⁶ A história dos seus 4 mil anos de existência como povo, diante de um mundo hostil, estão aí para atestar: da escravização egípcia no segundo milênio a.C. ao nomadismo e a expatriação forçada depois das revoltas contra o Império Romano em 66/70 e 132/135; da perseguição cristã na Idade Média e do primeiro gueto em Veneza em 1516, o *Ghetto Nuovo*, aos *pogroms* na Rússia czararista; chegando ao esforços hitlerianos de transformar a Alemanha, os países ocupados e quiçá, o mundo, *judenrein* – livre de judeus.⁷

Excetuando o período até as grandes revoltas contra o Império Romano, onde identifica-se claramente uma acentuada belicosidade e uma disposição para a revolta contra os opressores, a partir daquele momento, o que se percebe é uma disposição à tolerância e uma certa tendência em aceitar determinadas opressões – desde que essas opressões tivessem regras claras. Segundo Johnson (1989, p. 503), os judeus haviam: “[...] sido perseguidos durante um milênio e meio e aprendido de longa experiência que a resistência custava antes vidas que as salvava. Sua história, sua teologia, seu folclore, sua estrutura social, até mesmo seu vocabulário os instruíam a negociar, pagar, suplicar, protestar, não combater.” Durante a Segunda Guerra, mesmo os grupos uniformizados, treinados e armados na Polônia: “[...] eram destinados a não resistir a Hitler mas sim a levar judeus para a Palestina. Quando irrompeu a guerra, Menachem Begin, por exemplo, estava dando cobertura a um grupo de 1000 emigrantes ilegais através da fronteira romena a caminho do Oriente Médio” (JOHNSON, 1989, p. 503-504).⁸

A colaboração inicial judaica com o nazismo, desde que Hitler assumiu o poder em 1933, demonstrou que havia a esperança que em cedendo um pouco ou até mesmo boa parte de seus bens, direitos e

liberdades, diante das novas e cada vez mais restritivas leis antijudaicas, o regime lhes deixasse em paz. Mesmo na fase final da guerra, essa esperança, transmutada em auto-engano, persistia, chegando a graus extremos nos guetos:

Os judeus do gueto eram relutantes em acreditar na existência dos campos de extermínio. Quando dois jovens judeus escaparam de Chelmnó já em 1942 e descreveram o que lá haviam visto [...] seu relato foi negado [...]. Só em abril, quando relatórios de Belzec confirmaram a história de Chelmnó, é que os judeus de Varsóvia realmente acreditaram nas máquinas da morte. [...] Mesmo nesse ponto, muitos judeus se apegavam à esperança de que somente alguns morreriam. Jacob Gens, o chefe do gueto de Vilna, disse em um encontro público: “Quando eles me pedem mil judeus, eu os entrego [...]. Pois se nós judeus não nos dermos de nós, os alemães virão e os levarão à força. Então não levarão mil, mas milhares. Entregando centenas, salvo um mil. Entregando mil, salvo dez mil.” (JOHNSON, 1989, p. 506, grifo do autor)

Os nazistas, por sua vez, aproveitavam-se dessa esperança e utilizando-se da mentira, da fraude, da encenação e da psicologia, garantiam um grau mínimo de resistência, mais ainda, asseguravam a participação dos judeus na organização e na execução do seu próprio extermínio. A identificação, a expropriação, a concentração, a deportação e até mesmo o ato final, o extermínio, contou com a colaboração judaica.⁹ Tanto na Alemanha como nos países ocupados, os *Judenräte* (Conselhos Judaicos), compostos por líderes, geralmente religiosos, cumpriram papel fundamental nessa política de cooperação com os nazistas. Eram os membros dos *Judenräte* quem elaboravam as listas com os nomes dos judeus, relacionavam todos seus bens, concentravam-nos em guetos, nos “bairros judeus” ou em blocos residenciais (com a ajuda da polícia judia não-armada), escolhiam quem seria deportado, retinham o dinheiro dos “escolhidos” para abater as despesas com sua deportação e extermínio e, como gesto final, entregavam: “os bens da comunidade judaica em ordem para o confisco final.” (ARENDRT, 1999, p. 134). Enfim, executavam todo o trabalho burocrático necessário ao andamento da máquina de aniquilação.

Hannah Arendt, em *Eichmann em Jerusalém*, relato sobre o julgamento de Eichmann, no qual, a autora oferece um panorama abrangente sobre o Holocausto, faz dura crítica à cooperação dos *Judenräte* com o nazismo. Segundo Arendt, é necessário distinguir a ajuda da comunidade judaica alemã, nos estágios iniciais do regime, onde ainda não havia nenhuma questão moral em jogo e quando a expectativa da cooperação necessariamente resultaria na preservação da comunidade, da colaboração dos Conselhos Judaicos com as deportações, que resultaram no assassinio de milhões de seu povo.

A crítica que Arendt faz aos Conselhos é precedida pela crítica ao pensamento de que os judeus não se rebelaram contra a morte iminente, devido a uma apatia coletiva, que sem explicação, impedia as pessoas de reagir. Assim, e a partir da sua própria história,¹⁰ a autora considera que:

A verdade era que o povo judeu não era um todo organizado, que não possuía território, governo, nem exército em sua hora de maior precisão, não tinha um governo no exílio para representá-lo entre os Aliados [...], nem um esconderijo de armas, nem uma juventude com treinamento militar. Mas a verdade integral é que existiam organizações comunitárias judaicas e organizações recreativas e assistenciais tanto em nível local como internacional. Onde quer que vivessem judeus, havia líderes judeus reconhecidos, e essa liderança, quase sem exceção, cooperou com os nazistas de uma forma ou de outra, por uma ou outra razão. A verdade integral era

que, se o povo judeu estivesse desorganizado e sem líderes, teria havido caos e muita miséria, mas o número total de vítimas dificilmente teria ficado entre 4 milhões e meio e 6 milhões de pessoas. (ARENDRT, 1999, p. 141-142).

Zigmunt Bauman, em *Modernidade e Holocausto*, contesta a afirmação de Hannah Arendt, de que se não fosse a cooperação dos *Judenräte*, o número total de mortos teria sido significativamente menor do que efetivamente foi. Para Bauman, o severo julgamento de Arendt, não se sustenta porque, apesar da ampla cooperação das lideranças judaicas, o resultado final acabava sendo sempre o mesmo: o extermínio quase total das comunidades e de seus líderes. Além do fato, de que o assassinato de um terço de todos os judeus aniquilados durante o Holocausto, não contou com nenhuma colaboração judaica.

Quando Hitler invadiu a Rússia em 1941 e teve acesso aos mais de 1,5 milhões de judeus que ainda viviam em território soviético, não se estabeleceu lá nenhum gueto ou conselho judeu e sim o que se teve foi a atuação dos *Einsatzgruppen* – unidades móveis de extermínio da SS, que tinham como principal missão a eliminação da *intelligentsia* judaico-bolchevista, mas que na verdade exterminaram praticamente todos os judeus que encontraram pelo caminho.¹¹ Bauman não contesta a cooperação das lideranças judaicas, ele acredita, no entanto, que: “Sem essa ajuda substancial e diversificada, o Holocausto teria provavelmente ocorrido de qualquer forma, mas teria passado à história como um episódio diferente e talvez um pouco menos assustador [...]” (BAUMAN, 1998, p. 143).

Para além da cooperação dos *Judenräte*, as próprias comunidades e os indivíduos dentro dessas comunidades, entraram no jogo ilusório do “tratamento diferenciado” criado pelos nazistas. Nessa perspectiva, os *Mischling* – terceira raça-de-judeus-em-parte – buscavam ostensivamente uma “reclassificação” para uma classe mais alta ou até mesmo a raríssima assimilação ao “status de alemão”. Os judeus “nacionais” buscavam sua precedência em relação aos judeus imigrantes; os ocidentais em relação aos orientais. E até mesmo a primazia de grupos ou indivíduos em relação aos campos para os quais seriam enviados, era objeto de esforço significativo, no sentido do tratamento diferenciado: Theresienstadt ao invés de Auschwitz, por exemplo.

O lado pérfido desse jogo, é que ao buscar o tratamento especial, os judeus estavam legitimando o mecanismo que arditosamente preparava seu fim, enquanto se buscava freneticamente uma posição privilegiada sob o regime, mais se justificava a política de segregação nazista. Vários eram os elementos determinantes para a obtenção desse tratamento especial, porém, é latente que a importância econômica e política eram primazes, se não como indicadores da posição social, o que por vezes auxiliava na obtenção do benefício, ao menos como facilitadores para a obtenção fraudulenta do tão pretendido tratamento diferenciado.

Diante do assassinio, a resposta racional é a resistência. No caso do Holocausto a colaboração com a própria perdição não deixa de ter certa racionalidade, na medida em que buscava-se a sobrevivência, pretendia-se aumentar as chances de escapar ao extermínio. Por esse prisma, começa-se a entender a dicotomia entre cooperação e passividade aparente diante do próprio fim. Cooperava-se na perspectiva de que de alguma forma se sobrevivesse. Mantinha-se a passividade porque a longa experiência histórica demonstrou que o melhor era não resistir e sim negociar; porque os judeus não existiam como um povo organizado que possuísse um território, um governo e um exército; porque as próprias lideranças assim os instruíam. Mais ainda, mantinha-se a passividade, porque o adversário era infinitamente mais organizado, psicologicamente mais preparado, utilizava-se de métodos e táticas dos mais arditos, contava a seu favor com milênios de campanha antijudaica, estava acumulando em seus cofres fortunas imensuráveis e, acima de tudo, possuía um dos maiores exércitos do mundo, “armado até os dentes”, com a melhor tecnologia bélica daquele tempo; porque as pessoas não tinham para onde ir; porque a morte iminente era uma possibilidade irrevogável... Esses são

alguns dos elementos que explicam o contexto em que quase 6 milhões de judeus foram exterminados. Não contextualizar a atitude desses milhões de pessoas diante do aniquilamento leva a pergunta irresponsável: “por que não se rebelaram?”.

Por fim, pode-se dizer que são dois conceitos distintos de esperança: o que Nietzsche critica e o que se fez necessária aos judeus historicamente e durante o Holocausto. A crítica nietzscheana da esperança, como já explicitada nesse artigo, se dá pelo fato de que ela entorpece os indivíduos, confortando-os, impedindo assim, que em momentos de sofrimento e infelicidade, homens e mulheres reajam, lutem pela felicidade e pela satisfação no mundo terreno, já que acabam por se contentar com a perspectiva da plena satisfação no mundo pós-morte. Já a esperança judaica no contexto de sua história e do processo de aniquilamento nazista é de outra espécie. Historicamente se tratou da esperança de poder existir enquanto povo, com seu território e seu direito a autodeterminação.¹² Durante o Holocausto, se tratou da esperança de escapar ao extermínio.

Esse tipo de esperança, a do princípio básico do direito a existência, ao qual os judeus estão vinculados, não pode ser entendida na perspectiva criticada por Nietzsche, pois não é um sinal de fraqueza nem de entorpecimento diante de um mal o qual não pode ser combatido, antes pelo contrário, é a esperança de que o direito a existência prevalecerá, nem que para isso, seja necessário ser forte o suficiente para “fazer o jogo” de um inimigo descomunal, pérfido e impiedoso.¹³

2 Às armas combatentes!

Os campos nazistas estavam divididos, grosso modo, em três grupos: os campos de concentração com a função originária de detenção dos “inimigos” do regime, os campos de trabalho escravo e os campos de extermínio. Os centros fixos de extermínio surgiram para dar apoio aos *Einsatzgruppen*. Segundo Johnson (1989, p. 492), seis desses campos fixos: “[...] foram construídos e equipados: em Chelmno e Auschwitz nos territórios poloneses incorporados ao Reich; e em Treblinka, Sobibor, Majdanek e Belzec no Governo Geral polonês. [...] Havia 1634 campos de concentração e seus satélites e mais de 900 campos de trabalho.”¹⁴ No entanto, todos os campos podem ser considerados de extermínio, já que enormes quantidades de pessoas lá morriam por inanição, trabalhos forçados, suicídio ou executadas por motivos banais.

Afora isso, existiam os guetos, circunscrições onde os judeus eram confinados e isolados do mundo exterior antes de serem enviados aos campos. Muitos dos judeus exterminados não precisaram ser enviados para os campos nazistas, encontraram seu fim nos próprios guetos. No gueto de Lodz, estavam 200 mil judeus, com densidade de 5,8 pessoas por quarto. Lá morreram de doenças e de inanição 45 mil deles. O gueto de Varsóvia, contava com aproximadamente 445 mil pessoas, com densidade de 7,2 pessoas por aposento; lá morreram 83 mil judeus. (JOHNSON, 1989, p. 504-505).

De forma geral, sobre a resistência armada e sobre a resistência político-ideológica, podemos citar: o ataque a um destacamento da Polícia de Segurança alemã em Amsterdã, na Holanda, em 1941, que resultou na prisão de 430 judeus como represália, os quais foram torturados até a morte; o levante no gueto de Varsóvia na Polônia e outras tentativas semelhantes em Vilna e Kovno, na Lituânia, em 1943; a rebelião dos *Sonderkommandos* em Auschwitz¹⁵ em 1944 (ARENDR, 1999); a resistência na Alemanha, de diversos pequenos grupos com forte tendência de esquerda, os quais clandestinamente produziam e divulgavam material político-ideológico, promoviam “pichações, ações de solidariedade” e “tentativas de evitar as deportações”, assim como, estabeleciam “contatos com outros grupos de resistência comunistas do movimento operário de Berlim” (CAVALCANTE, 2008) e, a atuação de pequenos grupos guerrilheiros judeus, conhecidos como *Partisans*.

Na verdade, *Partisans*, era como se denominavam todos os combatentes guerrilheiros que atuavam

contra o exército alemão e contra as polícias locais (fies ao regime nazismo), principalmente, atrás das linhas alemãs nos países ocupados da Europa oriental, como os *partisans* russos, poloneses, tchecos e iugoslavos, por exemplo, e *otriad*, era como se chamavam os grupos armados que promoviam essa guerrilha.

No caso de *partisans* judeus, encontramos um bom exemplo no filme *Um ato de liberdade* (2008),¹⁶ que trata da *otriad* dos irmãos Bielski. Os Bielski pertenciam a uma família camponesa da Bielo-Rússia, assassinada, como a maioria dos judeus deste país, pelos alemães após as invasões do Leste em 1941. Buscando refúgio na imensa floresta que ocupa boa parte da Bielo-Rússia e da Polônia, os irmãos organizaram uma verdadeira comunidade judaica no interior da mata, a qual chegou a contar com escola, hospital e creche. Ao final da guerra, a comunidade possuía 1200 sobreviventes.

Além dos combates e sabotagens contra a ocupação alemã, estabeleceram contato com o gueto de Baranowicze, de onde organizaram fugas de judeus para se juntarem a resistência e a guerrilha na floresta. A *otriad* dos Bielski se diferenciava das outras, pois além dos combatentes, possuíam um grande número de pessoas que não lutavam diretamente, como velhos e crianças, mas que davam apoio e contribuía para a manutenção, o andamento do acampamento e para as incursões em busca de alimento e de combate. Enquanto as outras *otriad* eram conformadas, quase que exclusivamente, por guerrilheiros.

As questões da diversidade e da quantidade de pessoas no acampamento, inclusive de indivíduos oriundos de distintas classes sociais, não impediram que se estabelecesse no grupo, uma relação de solidariedade mútua, já que, essas mesmas diferenças foram suprimidas em benefício da coletividade e, também, como demonstra o êxito da vida comunal que constituíram. êxito este, expresso no serviço hospitalar, na escola, na creche, na administração e na manutenção do acampamento além, é claro, na preservação das tradições culturais e religiosas.

Por outro lado, isso não quer dizer que não houvesse animosidades, desconfianças ou atritos severos. Durante os longos períodos em que ficavam sem alimentação ou com uma dieta insuficiente, a liderança dos irmãos era logo questionada. Mesmo entre os dois irmãos Bielski, mais velhos, certa disputa de vaidades e liderança se estabeleceu. Esse impasse foi resolvido quando Zus, o mais novo dos dois, juntou-se a *otriad* russa Outubro, deixando a liderança do grupo nas mãos de Tuvia, o mais velho dos irmãos. Aqui, podemos analisar a decisão de Zus, sob uma perspectiva político-ideológica: a da escolha por uma resistência que agregasse uma opção ideológica junto a uma opção político-militar ofensiva – que combatesse os alemães não só quando estes atacassem, mas que promovesse ações de embate ao inimigo –, como era o caso da guerrilha russa, opção esta, em detrimento a uma resistência defensiva, característica da *otriad* dos Bielski.

A despeito do êxito da *otriad* dos Bielski, que conseguiram resistir à ofensiva nazista, provocar diversas baixas do lado inimigo e salvar mais de mil pessoas, as rebeliões mais conhecidas mundialmente, são o levante do gueto de Varsóvia e o atentado aos crematórios de Auschwitz-Birkenau. Rebeliões estas, que podem ser consideradas, por seu lado, como uma efêmera, mas decidida resistência judaica diante da morte iminente.

Com o passar do tempo e com a confirmação do genocídio que acontecia nos campos da morte, a resistência interna do gueto de Varsóvia decidiu agir, liderados pelo jovem Mordecai Anielewics, de vinte e quatro anos, contrabandearam para dentro do gueto carabinas, pistolas e algumas granadas, com as quais iniciaram os combates em abril de 1943. Com dificuldades de vencer os rebelados, entrincheirados que estavam, nos prédios e em abrigos subterrâneos, a SS decidiu bombardear o gueto. Os combates continuaram a partir dos escombros. Mordecai caiu morto em 8 de maio; seus companheiros ainda resistem por mais alguns dias, até 16 de maio.

Conforme Johnson (1989, p. 507), a resistência conseguiu reunir 750 combatentes entre os 60 mil judeus que ali ainda permaneciam naquele momento, milhares dos quais, foram mortos durante o período de quase um mês em que se estenderam os embates. Do lado alemão, as baixas, apesar de pequenas, foram simbólicas, dezesseis alemães mortos e oitenta e cinco feridos. Esse foi o levante judaico mais memorável sob o Holocausto e, apesar da desproporcionalidade dos números, demonstrou a disposição de jovens, como Mordecai, de travar a luta armada contra os nazistas, mesmo que isso significasse a morte previamente anunciada.

Em 7 de outubro de 1944, os *Sonderkommandos* dos crematórios de Auschwitz-Birkenau, por sua vez, organizaram uma revolta na qual conseguiram explodir o crematório III e danificar o crematório IV, matando alguns SS. O atentado foi possível, graças a explosivos contrabandeados de uma fábrica de armas da Krupp para dentro das instalações dos crematórios, onde foram transformados em bombas. Os explosivos foram fornecidos aos *Sonderkommandos* por quatro jovens mulheres judias. Identificadas após o ataque, em represália, foram torturadas e executadas, assim como, outros duzentos e cinquenta judeus (JOHNSON, 1989, p. 507).

Uma característica recorrente em todas as ações de resistência, seja ela armada ou político-ideológica, nas florestas do Leste, no gueto de Varsóvia, nos crematórios de Birkenau, na Alemanha ou nos países ocupados, é que em sua grande maioria, essas ações eram organizadas e promovidas por jovens. Foram eles que diante da aniquilação, fizeram a opção de lutar, de resistir, e se fosse para morrer, então que se morresse em combate. As pessoas de mais idade, por seu lado, tendiam a ações e posições mais conciliadoras ou de negociação diante dos alemães.

No entanto, até aqui, vimos que as rebeliões e a guerrilha que se efetivaram, cumpriram um papel pouco significativo na história do Holocausto. E não que se queira menosprezá-las ou não reconhecer a bravura e a qualidade de caráter daqueles que preferiram tombar lutando. A questão é que no quadro geral da Solução Final, elas não conseguiram de forma alguma frear os propósitos genocidas da máquina de extermínio nazista. Em todas as ações de resistência armada, de manifestação político-ideológica ou mesmo de uma simples fuga, a resposta alemã foi sempre impiedosa: dezenas, centenas, milhares de judeus eram assassinados em represália. No quadro geral, os números não deixam dúvidas sobre isto: um terço dos judeus da Diáspora assassinados (ARENDR, 1999); dois terços dos judeus direta ou indiretamente sob controle dos nazistas, aniquilados (JOHNSON, 1989); quase 6 milhões de judeus, mortos. O apocalipse de Hitler foi quase total! Só não foi completo porque os nazistas perderam a Guerra.

3 Outros lugares de resistência

A condição necessária para o Holocausto prescrevia o embrutecimento das vítimas. Era necessário tirar-lhes a humanidade antes de aniquilá-las. Isso desembaraçava os executores de qualquer impedimento moral ou ético. O indivíduo levado a condição de sub-homem, que perdesse sua própria identidade, poderia facilmente ser exterminado, mais ainda, ser exterminado em massa. Para aqueles que estavam na rota dos *Einsatzgruppen*, ou para os que eram mandados imediatamente para as câmaras de gás, a propaganda de Goebbels e os slogans ou frases de efeito de Himmler,¹⁷ resolviam qualquer problema de consciência que ainda pudesse existir entre seus algozes.

A chegada aos campos dos que ficariam concentrados e transformados em mão-de-obra escrava, era acompanhada de todo um ritual que objetivava o início do processo de desumanização. A cabeça raspada, a desinfecção, o uniforme listado, os sapatos com sola de madeira e o número tatuado no braço esquerdo, simbolizavam o início desse processo, como se fosse um ritual de passagem, passagem da condição de ser humano para a condição de não-humano ou, como disse Primo Levi (1988, p. 24): “transformados em fantasmas”.

Mas isso era só o começo do processo, a idéia era vergar, quebrar o espírito humano que existia dentro de cada prisioneiro. Longe de ser uma tática esquizofrênica, sem sentido ou propósito, fazer com que cada indivíduo renunciasse sua humanidade e se deixasse levar sem nenhuma resistência a própria perdição, resolvia duas questões: comprovava que os “inimigos do Reich” ali submetidos eram efetivamente seres inferiores, como Hitler havia vaticinado em seu *Mein Kampf*, Minha luta, ao mesmo tempo em que justificava sua eliminação em benefício da raça superior, os arianos.

Obviamente o trabalho escravo era importante para os “esforços de guerra” nazistas. Não só o regime, enquanto Estado, se beneficiou diretamente da mão-de-obra de milhares de trabalhadores, como também, diversos conglomerados fabris alemães como a Krupp do setor siderúrgico, a Siemens do setor de equipamentos e telecomunicações e a IG Farben do setor químico, por exemplo, descobriram ser extremamente lucrativo lançar mão do trabalho de milhares de judeus e de outras populações escravizadas. No entanto, mesmo sendo necessária essa mão-de-obra, ela era descartável. Dentro da lógica do extermínio do “povo escolhido” era mais produtivo utilizar todo o vigor físico dos primeiros momentos de campo dos prisioneiros – substituindo-os depois por uma nova remessa –, do que alimentá-los adequadamente. Sem maiores esforços a inanição se responsabilizaria por aniquilá-los. Até mesmo porque, isso fazia parte da estratégia de “aniquilação pelo trabalho”, que complementava a asfixia por gás e a execução pelos pelotões de extermínio.

Segundo Arendt, citando Hilberg (1961, apud, ARENDT, 1999, p. 93-94): “[...] morreram pelo menos 25 mil dos aproximadamente 35 mil judeus que trabalhavam numa fábrica da IG Farben.” e, conforme Johnson (1989, p. 488), referindo-se a uma afirmação de Rudolf Höss, o primeiro comandante de Auschwitz entre 1940 e 1943: “[...] em fins de 1944, 400 000 escravos estavam trabalhando na indústria de armamento alemã. ‘[...] todo mês uma quinta parte morria ou, em virtude de incapacidade de trabalhar, era enviada pelas empresas de volta aos campos a fim de ser exterminada.’”

No filme *Bent* (1997), do diretor inglês Sean Mathias, que retrata a perseguição aos homossexuais sob o regime hitleriano, uma cena ilustra bem essa tentativa de desumanização a partir do trabalho forçado. Nela, os protagonistas Max e Horst, presos no campo de Dachau, são obrigados – dia após dia, do calor exaustivo do verão ao frio entorpecente do inverno – a removerem um amontoado de pedras para um lado de onde estavam, após o que, deveriam trazê-las novamente para o mesmo lugar. Esse trabalho extenuante e sem sentido, na perspectiva nazista, era extremamente racional, tinha justamente o objetivo de enlouquecer os prisioneiros, fazendo-os chegar ao ponto de renunciarem sua humanidade, desistirem da vida e deixarem-se ser levados à ruína sem nenhum tipo de resistência. O ápice dessa ruína era a vitória do sistema. Como disse Hannah Arendt (1999, p. 23) sobre a impossibilidade de uma resistência direta: “Há muitas coisas consideravelmente piores do que a morte, e a SS cuidava que nenhuma delas jamais ficasse muito distante da mente e da imaginação de suas vítimas.”

Assim, impossibilitados de escapar ao extermínio e extremamente limitados em relação a uma resistência armada, só restava aos judeus a resistência no cotidiano, sendo que para isso, era necessário participar involuntariamente do “jogo da morte” nazista. Nesse “campo de batalha”, a que nominamos de “outros lugares de resistência”, as vítimas demonstraram ser significativamente superiores aos seus carrascos. Nesse outro mundo, onde a resistência era efetivamente possível:

Homens e mulheres submetidos pelo regime sonhavam, escreviam, fabricavam e se organizavam, minuto a minuto, hora a hora, dia-a-dia e, o simples fato de não fenecerem simbolizava essa resistência, simbolizava a negação da condição de sub-homem imposta pelo regime. A luta por uma migalha de pão, por uma colher de sopa, por um minuto a mais de sono ou de descanso [...] também foi uma forma de resistência. (PINHEIRO, 2009)

No mesmo *Bent*, (1997), existe uma bela cena desse outro lugar de resistência: impedidos que estavam, obviamente, de praticarem atos sexuais, os protagonistas em um momento de grande afeto, fazem amor intensamente, sem se tocar, sem se olhar, apenas conversando carinhosamente um com o outro, utilizando tão somente o poder das palavras. Após o clímax, as falas de Horst e Max expressam bem essa negativa diante do embrutecimento: “– Max? – O que? – Nós fizemos. – Maldito guardas, maldito campo, nós fizemos. – Eles não vão nos matar. – Nós fizemos amor. Fomos verdadeiros, fomos humanos [...]” Para além da ficção da cena, essa com certeza foi uma forma bastante eficiente de se resistir, por meio do poder que as palavras têm.

Em *É isto um homem?*, de Primo Levi (1988), também encontramos valiosíssimos relatos sobre a resistência cotidiana no campo de trabalho da Buna,¹⁸ em Auschwitz-Monowitz, para onde ele foi deportado. Não se quer dizer com isso, que lá ocorreu uma resistência orgânica com capacidade de enfrentar o sistema, antes pelo contrário, o regime tinha total controle sobre tudo e sobre todos. Composto por três categorias de prisioneiros: os criminosos, os políticos e os judeus, o Campo era efetivamente administrado pelos chefes; escolhidos principalmente, entre os prisioneiros criminosos de ascendência ariana. Nada acontecia sem que os chefes permitissem; eles tinham poder de vida e de morte sobre os outros prisioneiros, principalmente sobre os judeus – maioria dos internos, mas os quais, como regra geral, não possuíam nenhum tipo de privilégio.

A SS estava lá sim, mas vigiava de fora, pouco aparecia dentro do Campo, a não ser em pequenos grupos, como os que recebiam o relatório da contagem dos prisioneiros ao final do dia ou, para selecionar os inaptos para a câmara de gás.

Como um mecanismo de precisão, trabalhava-se na fábrica diariamente, enquanto houvesse a luz solar – à exceção de dois domingos por mês, os quais eram destinados à manutenção do Campo. E nesse ir e voltar da fábrica, dormir e levantar, muitos eram vencidos pela perversidade do sistema, que lhes roubara tudo: os entes queridos, as roupas, os sapatos, os cabelos, o nome, a vida; e agora, como ato final dessa comédia humana, os escravizava. Não sendo possível continuar vivendo sob essa falta completa de sentido para a existência, eram enfim, derrotados pela inanição, por uma espécie de *banzo*, como acontecia entre negros escravizados no Brasil colonial,¹⁹ pelo suicídio, ou antes disso, enviados para a aniquilação nos campos da morte. No entanto, haviam outros, para os quais o mundo de valores estava reduzido a um: sobreviver. Se não pela necessidade moral de ser a memória daquele tempo vivido entre a expressão e a personificação do mal, então pela pulsão inata de permanecer-se vivo. É justamente a partir desse objetivo único e diário, que encontramos inúmeras ações efetivas de resistência.

O Campo possuía uma estrutura social extremamente hierarquizada. Na base, os judeus, acima deles, os prisioneiros políticos²⁰ e os criminosos comuns. Essas três camadas sociais, por sua vez, subdividiam-se em diversas outras. As duas últimas para comandar e administrar o Campo, a primeira para obedecer e trabalhar. A regra básica era: os privilegiados oprimem os não-privilegiados. E, por mais desumano que fosse, era a maneira dos que tinham conquistado certas vantagens, manterem seus privilégios. Assim, o micromundo do Campo girava; a estrutura se mantinha, da ruína de uns, em benefício de outros.

Nessa atmosfera, tornava-se impossível pensar em grandes organizações coletivas, em grandes atos de solidariedade para com os semelhantes, antes, procurava-se a própria sobrevivência, pretendia-se ficar vivo por mais um dia. E nesse intento, descobria-se que quase todos eram potenciais inimigos, que desejavam roubar-lhe as luvas, a colher, a gamela, onde se servia a sopa rala de todos os dias, ou pior, a preciosa ração de pão cinzento, base da alimentação no Campo. Desta forma, tendia-se estar sozinho, talvez com um ou no máximo dois raros e verdadeiros amigos. Esse era o espaço de

resistência: o cotidiano da própria individualidade ou, na melhor das hipóteses, da coletividade dual ou triárquica.

Uma das primeiras coisas que se aprendia no Campo é que tudo poderia ser aproveitado ou reciclado: um pedaço de arame ou barbante para amarrar os tamancos ou costurar os botões do casaco, um pedaço de trapo para remendar as calças, as roupas de baixo ou para envolver os pés, papel que poderia ser colocado como forro no casaco, e assim por diante.

Outro ensinamento importante é que, a despeito da rigidez teutônica na organização do Campo, muito dos pequenos, mas importantíssimos privilégios da lide diária, tinham como base preferências ou subornos, assim, as possibilidades de se adquirir determinada melhora nas condições de sobrevivência, aumentavam consideravelmente se se fosse capaz de constituir determinada posse, passível de ser negociada.

Na realidade, existia um verdadeiro comércio clandestino dentro do Campo, entre outros objetos, eram negociados: tabaco, colheres, facas, gamelas, luvas, bonés, pedaços de camisas, sopa e rações de pão, estes últimos, itens de maior cotação, tinham liquidez imediata e serviam como moeda de referência, e os quais poderiam ser negociados inclusive na base da agiotagem, devendo ser ressarcidos posteriormente, acrescidos de juros, obviamente, em mesma espécie. Uma faca, por exemplo, no mercado regular, custava um terço de ração de pão; meia ração de pão, equivalia a um litro de sopa.

Por serem prisioneiros considerados “economicamente úteis”, o Campo possuía uma enfermaria que cuidava dos doentes e dos feridos, a qual contava com dois ambulatórios, um médico e um cirúrgico. Entrar no Ka-Be, *Krankenbau*, como os prisioneiros chamavam a enfermaria, era algo de muito perigoso, ou se estava realmente necessitado ou o paciente possuía experiência suficiente para lançar-se nessa aventura, pois a regra do Ka-Be era clara, quase ninguém fica lá mais de duas semanas, nunca mais de dois meses; ou ficava-se bom ou era enviado para as câmaras de gás. No entanto, para aqueles que conseguiam entrar na enfermaria por causa de um ferimento ou moléstia sem maiores gravidades, era a oportunidade de se recuperar física e mentalmente, pois significava a libertação temporária do trabalho escravo. Uma dessas enfermidades era o diagnóstico de disenteria, que era controlada a cada três dias, findo o que, o paciente tinha um minuto para demonstrar para um enfermeiro, em uma bacia, que ainda estava doente. Sobre isso, Primo Levi nos fornece um relato, arriscado, mas interessante sobre esse outro lugar de resistência:

Recebi uma visita: é o Piero Sonnino, de Roma. – Viu como o tapeei? – Piero tem uma enterite bem leve, mas está aqui há vinte dias, gosta, descansa e engorda, nem liga para as seleções e resolveu ficar no Ka-Be até o fim do inverno, custe o que custar. Seu método é o de colocar-se na fila atrás de um disentérico autêntico, que apresente garantia de êxito, e, na hora H, pedir sua colaboração (a ser remunerada com pão ou sopa). Se o camarada concorda e o enfermeiro se descuida por um instante, Piero troca as bacias, aproveitando essa confusão de gente, e pronto. Bem sabe o risco que corre, mas, até agora, sempre se saiu bem. (LEVI, 1988, p. 53-54)

Outro relato fala do comércio com o mundo exterior ao Campo. Em contato com um trabalhador civil, durante o serviço na fábrica, era possível negociar tabaco, camisas e até coroas de ouro retiradas dos próprios dentes ou de outro prisioneiro com o qual já se havia negociado anteriormente. O comércio com os trabalhadores de fora era severamente punido, tanto o prisioneiro, como o civil que o praticava. Ambos eram enviados para campos, o prisioneiro para um campo de trabalho onde não duraria mais que algumas semanas e o trabalhador de fora, para um campo de trabalho como

punição, ao final da qual, retomava sua vida novamente. Assim essa prática era completamente arriscada, no entanto, regularmente executada.

Os lucros com o comércio exterior eram extraordinários; enquanto dentro do Campo era impossível fechar negócios acima de quatro rações de pão nem estipular contratos de longo prazo, devido à efemeridade dos próprios negociantes e da fome crônica do dia-a-dia, os negócios com o exterior podiam chegar a dez ou vinte rações e serem quitadas pouco a pouco.

Assim, quando os negócios permitiam, vencia-se temporariamente a fome, fortalecia-se o corpo e resistia-se mais um pouco – uma manhã, um dia, uma semana, um mês, quiçá, uma estação – ao esquema montado por homens pra destruir o próprio homem.

No Campo, as chances de sucumbir eram infinitamente superiores as de se salvar. A partir das estatísticas do relato de Primo Levi, é fácil perceber isso. Quando ele chegou, em fins de fevereiro de 1943, recebeu o número 174.517. Essa numeração, tinha começado aproximadamente a dezoito meses e valia para Auschwitz e para todos os campos que dele dependiam; naquela época, havia no campo da Buna-Monowitz, onde Levi ficou, 10 mil prisioneiros. Em Auschwitz e Auschwitz-Birkenau, uns 30 mil. Isso dá um total aproximado de 40 mil prisioneiros e significa que no período de mais ou menos dezoito meses, todos os outros presos sucumbiram nos campos de Auschwitz (LEVI, 1988, p. 52)

Cabe resaltar, que estamos falando somente dos selecionados para trabalhar, quando da chegada em Auschwitz, as outras centenas de milhares eram imediatamente exterminadas nas câmaras de gas e incineradas nos crematórios de Birkenau.

Escapar à essa perdição não era tarefa fácil. Obedecer a cada ordem, cumprir ou não todas e infundáveis regras, comer só a ração recebida, significava estar a caminho da aniquilação. Os que conseguiram se salvar foram os que lutaram determinantemente pela vida, que tiveram sorte e que receberam ou conquistaram, num momento ou noutra, algum privilégio. Assim, das estratégias para entrar ou ficar no Ka-Be, das negociações de escambo dentro ou fora do Campo, das ferramentas e matérias de consumo roubados na fábrica e negociados com os chefes, até a idéia de fabricar suspensórios e cintos com fios elétricos trançados para negociar, todas essas e inúmeras outras formas, tantas quantas a imaginação humana é capaz de criar, foram utilizadas para permanecer-se vivo, para resistir ao extermínio.

E, apesar de toda a estrutura do campo estar direcionada para a individualização, para a lógica do “salve-se quem puder”, muitos espíritos não se quebraram: Wachsmann era um rabino *Melamed* (professor), douto da Torá que, a despeito da sua pequena estatura, magreza, fragilidade e mansidão, conseguiu sobreviver dois anos no Campo sem ficar doente e sem morrer e, com intensa vitalidade, mantinha longas discussões sobre questões talmúicas com Mendi, outro rabino, este, um sionista militante e ex-guerrilheiro.

Também existiam os judeus gregos de Tessalônica, uns quarenta, já estavam no Campo incrivelmente a uns três anos; ladrões, ferozes e decididos a sobreviver, lutavam obstinadamente nesse intento, assim, controlavam o comércio dentro do Campo e preponderavam nas cozinhas e na fábrica. Por tudo isso, eram admirados e temidos. Mas acima de tudo, levavam a vida da melhor forma: “Felício, o grego, me conhece: – *L’année prochaine à La maison!*, No ano próximo, para casa!, – grita-me, e acrescenta – (...) *à la maison por lá cheminée!*, para casa, passando pela chaminé!, – O Felício esteve em Birkenau. E eles continuam cantando, sapateando, inebriando-se de canções.” (Levi, 1988, p. 72). Outro era Lourenço, um operário italiano, o qual, sem nenhuma intenção subjacente, por seis meses trouxe diariamente um pedaço de pão e os restos de suas refeições para Primo Levi; nada pedia ou aceitava em troca, fazia porque conseguiu manter-se alheio ao ódio, a mesquinhez, ao medo. De todos

os espíritos obstinados, um, Primo Levi narrou com mais admiração, era o italiano Alberto, seu melhor amigo.

Alberto entrou no Campo de cabeça erguida e vive no Campo ileso, íntegro. Foi o primeiro a compreender que esta vida é uma guerra; não fez concessões a si mesmo, não perdeu tempo com recriminações ou compadecendo-se de si próprio e dos outros; foi à luta desde o primeiro dia. [...] Percebe tudo num instante; fala apenas um pouco de francês, mas compreende o que lhe dizem alemães e poloneses. Responde em italiano e, com gestos, se faz compreender e se torna simpático a todos. Luta pela vida, mas é amigo de todos. [...] Apesar de tudo, ele não mudou, e é por isso que, ainda hoje, a sua cara lembrança continua tão perto de mim. Sempre vi nele, e ainda vejo, o símbolo raro do homem forte e bom, contra o qual nada podem as armas da noite. (Levi, 1988, p. 57)

Juntos, mantiveram-se no Campo por meio de uma solidariedade mútua, planejando e executando ações das mais arriscadas para conseguir sobreviver: das manobras para o roubo de vassouras na fábrica, à idéia de confeccionar fichas a partir de plaquinhas de celulóide coloridas. As vassouras eram devidamente separadas em partes e depois de quatro dias de transporte ilegal, reconstituídas no Campo e trocadas com os chefes de alojamento por ração. As fichas de celulóide tiveram ampla aceitação entre os chefes de alojamento, pois substituíram as fichas de papel as quais eram dadas aos prisioneiros como controle do banho obrigatório. Quem não tomava banho, além de apanhar cinco chicotadas, não recebia a tal ficha, somente com a qual se podia retirar o pão na manhã seguinte. Duzentas fichinhas eram trocados por incríveis dez rações de pão. Com a melhora das coisas a partir dos novos empreendimentos, Primo Levi e Alberto, que também era beneficiado pela bondade de Lourenço, procuraram uma maneira de compensá-lo, consertar seus sapatos talvez, na sapataria do Campo; com um litro de sopa seria possível conseguir esse serviço junto ao chefe dos sapateiros.

Primo Levi não explicita o que aconteceu com Lourenço, quanto a Alberto, ele desapareceu junto com quase todos os 20 mil prisioneiros que a SS levou de Auschwitz na marcha de evacuação em 18 de janeiro de 1945, provocada pelo avanço das tropas russas. Para Levi, enfermo, ficou no Ka-Be junto com outros oitocentos moribundos abandonados a própria sorte, Alberto e Lourenço representaram seu esteio, um alerta que lhe chamava quando estava prestes a atravessar o limiar do mundo humano.

Foram eles que lhe mostraram que ainda era possível encontrar humanidade naquilo que o poeta francês Jean Cayrol²¹ (*Noite e Neblina*, 1955), também um sobrevivente, chamou de uma “Realidade desprezada pelos que a criaram... incompreensível para os que a viviam... .” Uma realidade em que a regra geral era o embrutecimento, a animalidade, mas a qual Alberto e Lourenço, contornaram, mantiveram-se alheios, ou melhor, sobreviveram a ela, se não fisicamente, com certeza, moralmente.

Ainda, faz-se necessário aqui, falar desses outros lugares de resistência no ambiente da própria resistência armada. A despeito desta e junto a esta, também se manifestava a resistência do cotidiano. Quando na floresta, ocorria um casamento ou nascia uma criança ou ainda, quando se comemorava a *Pessach*, a páscoa judaica, estava exercendo-se a mais sublime das resistências, porque nesse momento, não estava-se lutando pela vida simplesmente, mais que isto, promovia-se nesse momento, a permanência da memória, a permanência da identidade de um povo que, com isso, negava-se ao papel que o nazismo queria lhe impingir, o papel de um povo aniquilado, o papel de um povo esquecido.

À guisa de conclusão

O objetivo deste artigo foi demonstrar que sob o Holocausto a dita passividade judaica diante da própria aniquilação, é uma visão limitada e que não corresponde à realidade do que era verdadeiramente possível naquele contexto. Espera-se que essa outra realidade e a quase impossibilidade de uma resistência direta, tenham ficado demonstradas. Assim como, se tenha atingido o objetivo principal desse artigo, de apresentar, a partir de alguns casos específicos, outros lugares onde a resistência foi efetivamente possível, pois, se as poucas ações armadas foram importantes e merecem seu lugar na história, foi no cotidiano da individualidade ou de uma coletividade reduzida que se deram o grosso das ações de enfrentamento ao sistema.

Foi na preservação dos hábitos culturais e religiosos, na fabricação de instrumentos do dia-a-dia e nas táticas de sobrevivência nos campos, na educação e nas publicações clandestinas nos guetos e na escrita de suas memórias, que homens e mulheres puderam resistir às tentativas do que o homem tentou fazer com o próprio homem. E se essa resistência não foi suficiente para barrar o extermínio de milhões de nós, ela nos serve como ferramenta indispensável para impedir as tentativas presentes e futuras da volta da maldade humana.

A partir dessa recusa cotidiana à animalidade, pode-se concluir que muitos desses homens e mulheres, foram os verdadeiros *Übermensch*, super-homens, de Nietzsche, aquele que supera o homem e se caracteriza por uma determinação absoluta e pela capacidade de superar a si mesmo constantemente. Foram eles, e não os nazistas, que aplicaram dia-a-dia a *Wille zur Macht*, Vontade de Potência, nietzscheana, ou seja, a pulsão permanente pela vida, a qual requer a mobilização completa das energias, físicas e mentais, para incessantemente conduzir as coisas às últimas conseqüências. Eles, os castigados, os humilhados, reduzidos a condições inumanas, foram a verdadeira expressão do homem que se supera, que cultiva uma vontade surpreendente pela vida, não os nazistas.

Por fim, é importante lembrar que o Holocausto não foi uma tragédia exclusivamente dos judeus, estima-se que 20 milhões de pessoas tenham sido aniquiladas pelo Terceiro Reich, pelo fato de serem judeus, eslavos, ciganos, Testemunhas de Jeová, homossexuais, dissidentes políticos, comunistas, prisioneiros de guerra soviéticos, doentes mentais ou associas. No entanto, ainda que o Holocausto não tenha sido uma exclusividade dos judeus, ele foi uma tragédia e um fato da história judaica, além do que, o povo judeu foi o único marcado para o extermínio e utilizado como “bode expiatório”, sob o qual se assentou a política nazista da constituição de uma nova espécie de seres, a dos não-homens. E, a despeito da legitimidade da expansão do Estado de Israel e de sua política em relação ao povo palestino, são questões que devem ser discutidas, essa mesma discussão necessária, porém, não deve invalidar ou diminuir a importância do Holocausto e de seu valor universal para a história da humanidade.

* **Cristiano Guedes Pinheiro** é Graduado em História e Bacharelado em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Pelotas. Desde 2008, colabora junto ao Núcleo de Documentação Histórica (NDH/UFPel) e junto ao Núcleo de Arte Linguagem e Subjetividade da Faculdade de Educação (NALS/UFPel).

Notas

¹ Este artigo contou com oportunas contribuições da Prof.^a Lorena Almeida Gill, do Departamento de História e Antropologia da UFPel. Suas observações deixaram mais claros os objetivos a que se propunha tal estudo.

² ADORNO; HORKHEIMER (1985, p. 139).

³ A SS, *Schutzstaffel*, foi uma organização paramilitar ligada ao partido Nazista. Surgiu como um pequeno grupo com a função de proteção pessoal a altos dirigentes do partido. No entanto, ao longo da guerra, foi adquirindo cada vez mais influência, chegando a ter um exército próprio, *Waffen SS*, que era independente do exército alemão, *Wehrmacht*, assim como, passou a controlar a polícia secreta, *Gestapo*, o serviço de inteligência, *Sicherheitsdienst*, as tropas de extermínio, *Einsatzgruppen*, e a comandar os campos de concentração.

⁴ Oficial nazista considerado uma das peças fundamentais na chamada “Solução Final”. Após a queda do regime, foge e se esconde em Buenos Aires na Argentina, onde acaba sendo localizado. Seqüestrado por um comando israelense em 1960, é julgado e condenado pela justiça israelense, sendo enforcado em maio de 1962.

⁵ Mais especificamente no capítulo XXIII.

⁶ Impossível não relacionar alusivamente o *Petach Tikva*, Portal da Esperança, primeiro assentamento judaico em Israel, fundado em 1878. Como também, o poeta sionista Naftali Herz Imber, com seu *Tikoatenu*, Nossa Esperança, poema em homenagem a este assentamento e que terá seus versos iniciais e refrão convertidos, primeiro em hino do movimento sionista, e a partir de 1948, no hino nacional Israelense.

⁷ A “escravização egípcia” aqui descrita, alude à passagem bíblica da fuga dos hebreus, liderados por Moisés, em direção ao deserto do Sinai, com a conhecida travessia do Mar Vermelho. Em 1516, o governo veneziano, tomou a decisão de confinar toda a comunidade judaica de Veneza – aumentada que estava, principalmente com os refugiados judeus expulsos da península Ibérica pelas guerras de reconquista e pela Inquisição – em uma área segregada da cidade chamada *Ghetto Nuovo*. Os *pogroms* foram ataques organizados contra comunidades judaicas, com grande destruição e, geralmente, morticínio, insuflado ou tolerado pelas autoridades oficiais.

⁸ Menachem Begin: militante sionista de direita, antigo presidente do Betar polonês – movimento da juventude sionista revisionista. Herdeiro político de Jabotinsky, líder máximo do movimento Sionista Revisionista, tornou-se primeiro-ministro de Israel em 1977, negociando os acordos de *Camp David* com o Egito em 1978-1979.

⁹ Os *Sonderkommandos* eram unidades especiais formadas por judeus que, sob pena de morte, tinham a tarefa de operacionalizar todo o processo nos campos de extermínio. Trabalhavam nas câmaras de gás, para onde conduziam os que iriam morrer; após o gaseamento, retiravam os corpos das câmaras e enviavam para os crematórios, onde os mortos, antes de serem incinerados, tinham o cabelo cortado e recolhido o ouro dos dentes e qualquer outro objeto de metal como pulseiras e anéis que ainda pudessem estar carregando. Após vinte minutos de cremação, só restavam cinzas que, em Birkenau, eram transportados por caminhões e despejadas no rio Vístula, próximo ao Campo. Os *Sonderkommandos* eram mantidos isolados do restante dos prisioneiros dos campos; apesar de terem alguns privilégios pelo “serviço especial” que prestavam, eles próprios não duravam muito tempo, eram periodicamente exterminados.

¹⁰ Hannah Arendt nasceu em 1906, em Hannover, na Alemanha, de família judia rica e intelectualizada. Ingressou na Universidade de Berlim em 1924, onde foi aluna de Martin Heidegger e Karl Jaspers. Com a ascensão nazista e a crescente perseguição anti-semita, foge com o marido Heinrich Blücher para a França, de lá, refugia-se nos EUA em 1941.

¹¹ Segundo Hannah Arendt, o programa de extermínio ocorria a partir dos campos da morte com suas câmaras de gás e através da ação dos *Einsatzgruppen*: “[...] cujas operações na retaguarda do Exército, especialmente na Rússia, eram justificadas com o pretexto da guerra de guerrilha, e cujas vítimas não eram de forma alguma apenas judeus. Além dos guerrilheiros de verdade, eles cuidavam dos funcionários russos, dos ciganos, dos associais, dos doentes mentais e dos judeus. Os judeus eram incluídos como “inimigos potenciais” e, infelizmente, passaram-se meses antes que os judeus russos entendessem isso, e então já era tarde demais para escapar.” (ARENDR, 1999, p. 122-123).

¹² Importante salientar, que esse mesmo direito a autodeterminação, até hoje é negado a outras

minorias étnicas, como os bascos na Europa, os curdos no Oriente Médio, os chechenos na Federação Russa e os tibetanos na China. E mais paradoxalmente, ainda, aos palestinos.

¹³ Aqui se faz necessário o repúdio a todas as tentativas de nazificação da filosofia de Nietzsche, principalmente das suas idéias de *Übermensch* (super-homem) e de sua *Wille zur Macht*, (Vontade de Potência). Nietzsche deixa bastante claro ao longo de sua obra, sua posição contrária ao anti-semitismo e ao nacionalismo. Mesmo assim, demonstrando uma profunda incompreensão do pensamento nietzscheano, o Nazismo tentou apropriar-se de sua obra: “[...] não suportou também esses mais recentes especuladores do idealismo, os anti-semitas, que reviram os olhos muito dignos de cristãos-arianos e me fazem perder a paciência pelo abuso do que há de mais reles, a atitude moralista, como meio de agitação para sublevar os elementos bovinos do povo.” (NIETZSCHE, [190--] p. 110). “Há algum tempo um certo Theodor Fritsch de Leipzig me escreveu. Não existe na Alemanha um grupo mais cínico e cretino do que estes anti-semitas. Eu lhes desferi, como sinal de agradecimento, um belo pontapé como carta. Esta canalha ousa pronunciar o nome de Zaratustra. Nojo! Nojo! Nojo!”. (NIETZSCHE, apud MARTON, 2007, p. 72).

¹⁴ Em nota, Johnson (1989, p. 624), explica que esses campos: “[...] foram relacionados pelo governo alemão *Bundesgesetzblatt*, 24 de setembro de 1977, ps. 1787 – 1852; a cifra de 900 campos de trabalho foi dada por Höss.”

¹⁵ Auschwitz, na realidade, é o nome de um conjunto com mais de quarenta campos e subcampos, localizados no sul da Polônia, na região da Alta Silésia, destes, três eram os principais: Auschwitz (o centro administrativo do complexo), Auschwitz-Birkenau (o campo de extermínio) e Auschwitz-Monowitz (o campo de trabalho escravo).

¹⁶ O filme é baseado no livro *Defiance: The Partisans Bielski*, escrito em 1993, por Nechama Tec, professora de Sociologia da Universidade de Connecticut, Stamford, nos EUA.

¹⁷ “Minha Honra é minha Lealdade”, “A ordem para resolver a questão judaica, essa foi a ordem mais assustadora que uma organização jamais recebeu” ou “Sabemos que o que esperamos de você é ‘sobretudo’, é ser ‘sobre-humanamente desumano’” (ARENDDT, 1999, p. 121).

¹⁸ Durante o período da guerra, a IG Farben construiu, entre outras, uma fábrica para a produção de borracha sintética em Auschwitz-Monowitz, chamada Buna. Segundo Primo Levi (1988, p. 72), no auge, em 1944, a fábrica era: “[...] grande como uma cidade. Ali trabalhavam, além dos chefes e técnicos alemães, quarenta mil estrangeiros; falando quinze ou vinte línguas.” Dentre esses operários existiam prisioneiros de guerra, e até “voluntários” como um grupo de franceses, no entanto, a grande maioria eram trabalhadores escravos como o próprio Primo Levi. Ainda, segundo Levi (1988, p. 73), “Da fábrica da Buna, que custou aos alemães quatro anos de trabalho, e na qual nós sofremos e morreremos inumeráveis, nunca saiu nem um quilo de borracha sintética.”

¹⁹ O *banzo* era uma nostalgia mortal que atacava os negros, tornando-os intensamente apáticos e que os dizimava pela inanição e aversão ao alimento.

²⁰ Sobre os prisioneiros políticos, Levi (1988, p. 93) faz uma observação importante sobre a dificuldade de compreender por que em Auschwitz: “os ‘proeminentes políticos’ alemães, poloneses e russos rivalizassem, quanto à brutalidade, com os presos comuns. Consta, porém, que a qualificação de crime político aplicava-se, na Alemanha, também a crimes como o tráfico ilegal, as relações ilícitas com mulheres judias, os roubos a funcionários do partido. Os ‘verdadeiros’ políticos viviam e morriam em outros Campos [...]”

²¹ Jean Cayrol, ex-prisioneiro do campo de Mauthausen, na Áustria, escreveu o texto para o documentário *Noite e Neblina* (1955) do cineasta, também francês, Alain Resnais. Uma década após o fim da Segunda Guerra, a pedido do Comitê da História da Segunda Guerra Mundial, Resnais realizou o documentário, sobre os campos de concentração nazistas. Obra prima do cinema documental, o filme “costura” com o belíssimo texto de Cayrol, imagens de arquivo em preto-e-branco, com imagens coloridas gravadas dez anos depois do fim da guerra.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antônio Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENT. Direção: Sean Mathias, Roteiro: Martin Sherman, baseado em sua peça teatral de mesmo nome. Inglaterra: Goldwyn Entertainment Company, 1997. 1 DVD. (100 min.), son., color, legendado, drama.

CAVALCANTE, Ania. *A resistência judaica na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: LEI, 2008. Não paginado. Disponível em: <http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/node/1304>. Acesso em: 31 ago. 2009.

FAUGERON, Fabien. *Veneza inventa o gueto*. História Viva, São Paulo, ano IV, n. 42, p. 62-67, abr. 2007.

JOHNSON, Paul. *História dos judeus*. Trad. Trad. Carlos Alberto Pavanelli. 3. ed. Rio de Janeiro, 1989.

HILBERG, Raul. The destruction of the European Jews. 1961 apud ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 93-94.

LEVI, Primo. *é isto um homem?* Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MARTON, Scarlett (Org.). *Nietzsche pensador mediterrâneo: a recepção italiana*. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Assim falava Zaratustra*. Trad. Ciro Mioranza. 2. ed. São Paulo: Escala, [s.d].

NIETZSCHE, Friedrich W. *O anticristo*. Trad. Trad. Pietro Massetti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Obras incompletas*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NIETZSCHE, Friedrich W. *A genealogia da moral*. [Sem tradutor]. São Paulo: Moraes, [190--].

NOITE E NEBLINA. Direção: Alain Resnais, Texto: Jean Cayrol, Música: Hanns Eisler, Narração: Michel Bouquet. França: Aurora DVD, 1955. 1 DVD. (31 min.), son., color./p.b, legendado, documentário.

PINHEIRO, C. G. *Noite e Neblina*. Campinas: História e-História, maio 2009. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=resenhas&id=39>. Acesso em: set. 2009.

UM ATO DE LIBERDADE. Direção: Edward Zwick, Produção: Edward Zwick; Pieter Jan Brugge. Baseado no livro *Defiance: The Bielski Partisans*, de Nechama Tec. EUA: Paramount Vantage, 2008. 1 DVD. (136 min.), son., color, legendado, drama.